



SAÚDE PÚBLICA

Doenças respiratórias avançam nos estados

Boletim InfoGripe indica aumento de casos de síndromes agudas graves e reforça o apelo por vacinação para frear mortes

» RAFAELA BOMFIM*

Quase todos os estados do país registram incidência de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) em níveis de alerta, risco ou alto risco, conforme o boletim *InfoGripe*, divulgado nesta semana pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Os dados, referentes ao período de 19 a 25 de abril, mostram um quadro disseminado, com exceção de Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que não aparecem nas faixas mais elevadas de risco.

O levantamento aponta que o cenário atual é impulsionado pela circulação de vírus respiratórios sazonais, com destaque para influenza A e vírus sincicial respiratório. Em estados do Centro-Sul, além de áreas do Norte e do Nordeste, os registros de casos graves por influenza A apresentam crescimento. A pesquisadora do InfoGripe Tatiana Portella informa, porém, que, apesar do aumento de casos, “em diversos estados dessas regiões já é possível observar tendência de redução”.

O vírus sincicial respiratório também apresenta expansão “em praticamente todo o país”, segundo a pesquisadora, que cita como exceção, apenas, parte da Região Norte. Ela acrescenta que “há sinais de queda em alguns estados, e estabilidade em Goiás, Tocantins e Maranhão”.

Entre os estados com aumento de VSR estão Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Já Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Roraima apresentam redução do número de casos.

No caso da influenza A, o crescimento é identificado em Acre, Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo,

Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima. Em sentido oposto, Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Mato Grosso registram queda, enquanto Goiás e Sergipe mostram interrupção do avanço.

O boletim também indica que 13 capitais apresentam níveis elevados de incidência, com crescimento nas últimas seis semanas. Estão nessa condição Belém, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, João Pessoa, Macaé, Manaus, Natal, Palmas, Recife, Rio Branco, Teresina e Vitória.

Em 2026, o país soma 1.960 mortes por síndrome respiratória aguda grave. Do total, 852 tiveram confirmação para vírus respiratórios, 880 apresentaram resultado negativo e, ao menos, 50 permanecem em investigação.

Entre os casos com resultado positivo, a influenza A responde por 39,1% das mortes. O Sars-CoV-2 aparece com 27,9%, seguido por rinovírus com 22,2%, vírus sincicial respiratório com 5,8% e influenza B com 3,2%.

A vacinação é apontada como principal forma de prevenção. Tatiana Portella afirma que “a imunização reduz o risco de agravamento e deve ser priorizada pelos grupos mais vulneráveis durante períodos de maior circulação viral”. A campanha contra influenza, conduzida pelo Ministério da Saúde, segue até 30 de maio. A orientação é que crianças, idosos e pessoas com comorbidades procurem os postos de saúde.

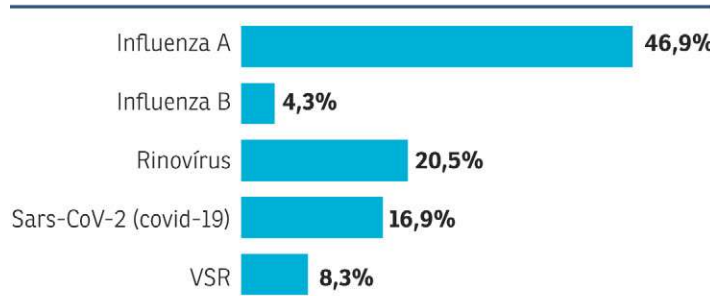
No caso do vírus sincicial respiratório, a vacina é indicada para gestantes a partir da 28ª semana de gestação, com o objetivo de proteger os bebês nos primeiros meses de vida. O boletim da Fiocruz destaca que o VSR é uma das principais causas de bronquiolite em crianças menores de dois anos.

Prevalência de vírus

CASOS CONFIRMADOS



MORTES



IMPACTO POR FAIXA ETÁRIA

CRIANÇAS

A incidência de SRAG é mais elevada em crianças pequenas impulsionada por VSR e rinovírus, com influenza A impactando severamente menores de 2 anos.

IDOSOS

Mortalidade significativamente maior na população acima de 65 anos, liderada pela influenza A, com a covid-19 mantendo-se como a segunda maior causa de óbitos nessa faixa.

Casos notificados em 2026

46.344

Óbitos registrados

1.960

Alerta de risco para SRAG

Todos os estados, exceto RJ, SP e RS

PREVENÇÃO

Vacinação é o principal meio de proteção — Grupos prioritários (crianças, idosos e pessoas com comorbidades) devem buscar a dose atualizada da vacina para garantir proteção durante o pico de circulação viral. A vacina contra o VSR é indicada para gestantes a partir da 38ª semana de gravidez.



MERCADO DE TRABALHO

Preconceito contra LGTBQIA+ impõe prejuízos à economia

» CAETANO YAMAMOTO*

Daniel James/ Unsplash



O Brasil perde quase R\$ 100 bilhões por ano com o desemprego e as diferenças salariais da população LGTBQIA+

Embora o Brasil tenha obtido avanços legais importantes na luta contra crimes de ódio contra a comunidade LGTBQIA+, como o reconhecimento da união estável e a criminalização da LGTBIfobia, a realidade ainda é marcada por violência extrema e exclusão precoce. É o que revela a pesquisa inédita *O custo econômico da exclusão baseada em orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais no mercado de trabalho brasileiro*, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em parceria com o Banco Mundial, com dados de 2025.

O estudo analisa como o estigma, a discriminação e a desigualdade afetam o emprego, a renda e a produtividade no país. O Brasil perde, anualmente, R\$ 94,4 bilhões (0,8% do PIB) com o desemprego, a inatividade e as lacunas salariais da população LGTBQIA+.

Para a advogada tributarista Izabela Jamar, a perda de 0,8% do PIB é extremamente significativa para a economia brasileira, representando dezenas de bilhões de reais que deixam de circular todos os anos na economia. “Essa perda está diretamente relacionada à exclusão de pessoas LGTBQIA+ do mercado de trabalho, o que reduz

a produtividade, o consumo e a capacidade de inovação do país. Não é apenas uma questão social, é um problema econômico estrutural que compromete o desenvolvimento nacional”, afirma ela.

O estudo revela que o processo

de exclusão começa, muitas vezes, no ambiente familiar e na escola: 70% das mulheres trans e travestis não concluíram o ensino médio, por exemplo, o que limita drasticamente suas chances de emprego formal. No ambiente de trabalho,

a hostilidade é frequente: quase dois terços dos entrevistados relataram exposição rotineira a comentários negativos.

As mulheres sofrem maior impacto, se comparadas aos homens. No total, as perdas salariais anuais

foram estimadas em R\$ 40,1 bilhões entre homens e R\$ 54,3 bilhões entre mulheres. O relatório aponta, ainda, que a exclusão não afeta de maneira igual a comunidade LGTBQIA+. Pessoas transgênero, não binárias e intersexo relataram níveis mais elevados de discriminação no ambiente profissional.

A exclusão também impacta diretamente as contas públicas. Anualmente, o Brasil perde, aproximadamente, R\$ 14,6 bilhões (0,12% do PIB) devido à queda na arrecadação de impostos (R\$ 10,6 bilhões) e aos gastos adicionais com proteção social associados ao desemprego e à inatividade (R\$ 4 bilhões).

Para Jamar, os R\$ 14,6 bilhões que deixam de ser arrecadados significam menos recursos para políticas públicas essenciais em saúde, educação e assistência social. Além disso, há um efeito em cadeia: quanto maior a exclusão do mercado formal, menor a arrecadação e maior a pressão sobre programas sociais.

Essa relação fica evidenciada no relatório. A discriminação no ambiente de trabalho compromete a eficiência do mercado e limita o potencial econômico do país. Adultos LGTBQIA+ apresentam taxas de desemprego mais altas (15,2%), maior inatividade (37,4%)

e taxas de emprego mais baixas (47,4%) que a população em geral (7,7%; 33,4%; e 58,9%, respectivamente). A população LGTBQIA+ recebe apenas 91% da renda média da população em geral.

“A discriminação ainda é um fator muito presente, tanto nos processos seletivos quanto no ambiente de trabalho. Além disso, há uma ausência de políticas públicas efetivas voltadas à inclusão produtiva dessa população. Também precisamos considerar os efeitos acumulados da exclusão, como dificuldades no acesso à educação, à qualificação profissional e a redes de apoio. Tudo isso impacta diretamente a empregabilidade”, explicou a advogada.

Izabela Jamar diz que a responsabilidade de reverter essa situação deve ser compartilhada entre empresas e governo. Segundo ela, as empresas precisam avançar na construção de ambientes mais inclusivos e na adoção de práticas concretas de diversidade, que vão além do discurso. “Por outro lado, o poder público tem um papel fundamental na formulação de políticas estruturais, no combate à discriminação e na promoção da inclusão no mercado de trabalho”, concluiu.

*Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria